



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

**HABEAS CORPUS Nº 0001569-03.2014.8.17.0000 (0327160-1)**

**IMPETRANTE:** Moisés Pergentino Madruga Filho (Defensor Público)

**RELATOR:** Des. Antonio de Melo e Lima

**PACIENTE:** Romário Rodrigues Claudino

**ÓRGÃO JULGADOR:** 2ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO E FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. NÃO OCORRÊNCIA. PROCESSO COMPLEXO. RETARDO NO JULGAMENTO JUSTIFICADO. DECRETO PREVENTIVO SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não há que se ventilar possibilidade de excesso de prazo na prisão preventiva quando esta estiver sendo mantida para garantia da ordem pública e o processo, dada a complexidade, exigir maior espaço de tempo para ser concluído;

2. Evidencia-se suficiente fundamentada a prisão preventiva quando há por parte do magistrado a demonstração de que o paciente, acaso posto em liberdade, tem grande probabilidade de voltar a delinquir.

3. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 0001569-03.2014.8.17.0000 (0327160-1), em que figura como impetrante a Defensoria Pública do estado de Pernambuco e como paciente Romário Rodrigues Claudino, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia \_\_/\_\_/\_\_, por decisão unânime, em denegar a ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife de \_\_\_\_\_ de 2014.

Des. Antônio de Melo e Lima  
 Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

**HABEAS CORPUS Nº 0001569-03.2014.8.17.0000 (0327160-1)**  
IMPETRANTE: Moisés Pergentino Madruga Filho (Defensor Público)  
PACIENTE: Romário Rodrigues Claudino  
RELATOR: Des. Antonio de Melo e Lima  
ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal  
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**RELATÓRIO**

O defensor Moisés Pergentino Madruga Filho impetrou a presente ordem de *habeas corpus*, apontando como autoridade coatora o juiz de Direito da Vara Única da comarca de Itapissuma/PE e como processo de referência o feito tombado sob o **NPU 0001280-96.2012.8.17.0790**.

Logo no início da exordial, o impetrante indicou como pacientes do presente remédio constitucional Romário Rodrigues Claudino **e outros**, entretanto, ao final da inicial, requereu a concessão liminar da presente ordem em favor apenas de Romário Rodrigues Claudino, com extensão dos efeitos dessa decisão aos demais denunciados, sem individualizá-los.

Foi determinado, através do despacho de fl. 40, que o impetrante emendasse a inicial, a fim de esclarecer quem, de fato, seria o(s) paciente(s) deste *writ*, o que foi cumprido conforme se verifica das fls. 51/55, tendo o impetrante afirmado ser paciente deste *mandamus* tão somente a pessoa de Romário Rodrigues Claudino.

Pois bem.

Na inicial do *writ* (fls. 02/10), o defensor alega que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal à sua liberdade de locomoção, em virtude do excesso de prazo na prisão cautelar, uma vez que se encontra preso provisoriamente desde março de 2012 e até o momento desta impetração, o processo ainda se encontrava na fase de citação dos réus e que tal mora não se justificaria, pois todos os réus do processo estão presos.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

Alega ainda que não há qualquer fato a ser imputado ao paciente que possa justificar o atraso no andamento processual, afirmando que tal retardo deve-se tão somente à falha do aparelhamento estatal.

Por fim, deixa assente a Defesa que a gravidade genérica do delito e o clamor social não constituem, por si, fundamentação idônea a autorizar a prisão preventiva.

Diante do exposto, requer a concessão de medida liminar, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente, com extensão dos efeitos dessa decisão aos demais denunciados. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que o paciente possa aguardar o andamento do processo em liberdade.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 11/31.

Através da decisão interlocutória de fls. 58/60 foi indeferido o pleito liminar e solicitadas informações à autoridade apontada coatora, que as prestou mediante o ofício de fls. 68/69, o qual veio acompanhado dos documentos de fls. 70/84

Instruídos, foram os autos remetidos ao Órgão Ministerial que, através da Ilma. Procuradora de Justiça, Dr<sup>a</sup> Norma Mendonça Galvão de Carvalho, ofertou parecer de fls. 88/89-v, no qual opina pela denegação da ordem.

É o relatório.

**VOTO DO RELATOR**

Senhores Desembargadores,

Como visto, a presente impetração tem por fim sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, decorrente de eventual excesso



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

de prazo na prisão cautelar do paciente e também da inidoneidade na fundamentação desta.

Vejamos.

Segundo informação prestada pela autoridade dita coatora, a prisão cautelar do paciente foi decretada em 31 de outubro de 2012, não em março de 2012, como aduz o impetrante. Acusado de integrar caudalosa quadrilha que comanda o tráfico de drogas em vários bairros do município de Itapissuma, entre os quais se destacam o de Ferro Velho e Mutirão, foi inicialmente preso temporariamente, encontrando-se atualmente em prisão preventiva.

Nada obstante esteja a prisão provisória perdurando por prazo que foge um pouco à normalidade, temos que a excepcionalidade do caso justifica a dilatação do cárcere cautelar.

Ao prestar as informações de praxe no presente *mandamus*, a autoridade impetrada informou que o processo segue trâmite regular, dada a complexidade do feito - trata-se de processo com 40 (quarenta) denunciados, dos quais boa parte encontra-se espalhada por diversas unidades prisionais – e que naquele oportunidade estava aguardando a realização de audiência para oitiva de testemunhas do juízo.

Em consulta ao sistema Judwin, verifico, inclusive, que já houve a realização da mencionada audiência, em 13/06/2014, tendo o magistrado determinado a intimação do *Parquet* para se pronunciar sobre as testemunhas faltosas.

É sabido que o compromisso com o rápido andamento dos processos foi talhado na própria Constituição Federal de 1988. Com o advento da EC 45/2004, previu-se que a duração razoável do processo representa mesmo um direito individual dos jurisdicionados.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

Acontece, todavia, que a celeridade processual não pode nunca representar violação a outras garantias fundamentais, como é o caso do devido processo legal. Nunca é demais lembrar que as prisões processuais foram previstas para garantir o bom andamento do processo, devendo tal conceito, deveras subjetivo, ser analisado diante do caso concreto.

Na hipótese, trata-se de processo com complexidade inegável, no qual se apura a ação de uma quadrilha com mais de 40 (quarenta) integrantes, que atua em várias frentes criminosas - do tráfico de drogas à compra de armas e homicídios.

Demais disso, temos que a demora no desfecho do processo é também decorrência do extenso número de requerimentos formulados nos autos pelas defesas técnicas dos réus, não sendo justo atribuir exclusivamente à máquina judiciária o retardo na conclusão do feito.

Como se vê, o suposto excesso de prazo na prisão cautelar está diretamente ligado à demora para conclusão do processo, que se diga, não pode ser imputada à máquina judiciária. O enorme número de pessoas investigadas, somado ao incontável número de crimes cometidos pela quadrilha de que o paciente supostamente faz parte, impede que o processo seja finalizado com maior brevidade. Ademias, ao contrário do alegado na impetração, alguns denunciados não estão presos, fazendo-se necessárias as intimações por edital, conforme certidão de fls. 30/31.

Desta forma, entendo que a prisão cautelar do paciente, em que pese estendida, encontra-se justificada pela excepcionalidade do caso concreto.

No que tange à alegação de fundamentação inidônea na prisão preventiva do paciente, temos que houve por parte do magistrado *a quo* a devida correlação dos fatos com as hipóteses legais que lhe dão cabimento, justificando, assim, a segregação provisória do paciente. Vejamos a fundamentação da prisão (fl. 23):



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

---

“De acordo com a processualística penal pátria, deve o magistrado, antes de decretar a custódia cautelar, observar a possibilidade da substituição de tal medida pela aplicação de medidas cautelares, diversas da prisão. No caso em tela, trata-se de crime grave, sendo punido com pena privativa de liberdade superior a quatro anos, não sendo possível a aplicação de quaisquer medidas cautelares, tendo em vista a existência de pressupostos da prisão preventiva. Com efeito, a prisão preventiva só pode ser decretada quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria. Tais circunstâncias devem estar aliadas, ainda, à necessidade de garantir-se a ordem pública, a ordem econômica, a aplicação da lei penal ou a conveniência da instrução criminal. No caso dos autos, tenho como comprovada a existência do crime e os indícios suficientes de autoria, à vista das declarações prestadas pelas testemunhas e pelas transcrições apresentadas na peça informativa. Como dito, dentre os fundamentos suficientes para a decretação da custódia preventiva, figuram a garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal. No caso dos autos, vislumbro-os presentes. Senão vejamos. Como se vê, há fortes indícios da autoria dos réus na prática de crime de intensa gravidade – associação para o tráfico -, confiante na impunidade, o que causa grande temor à população, principalmente em relação aos menores de idade que são, infelizmente, engolidos pela “indústria” do tráfico de drogas. Tais circunstâncias fazem entrever que, caso permaneçam em liberdade, os acusados provavelmente dará continuidade à perpetração de delitos, comprometendo sobremaneira a ordem pública da comunidade”.

Como se vê, o intenso envolvimento do paciente e seus comparsas com os crimes deixam antever que a sua liberdade provisória representaria para eles, ao que tudo indica, estímulos a reiteração na prática delitiva, sendo imperiosa a manutenção da prisão preventiva.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

---

A douta Procuradora de Justiça também entende pertinente a manutenção da prisão preventiva, ressaltando, inclusive, a periculosidade do paciente como justificativa do cárcere cautelar. Vejamos (fl. 89):

“(…) diferentemente do que alega a defesa, o decreto construtivo encontra-se sobejamente fundamentado nas disposições contidas nos artigos 312 e 313, I do Código de Processo Penal, alicerçada na gravidade dos fatos (formação de quadrilha, tráfico de drogas, associação para o tráfico) na considerável quantidade de pessoas envolvidas, um total de 40 (quarenta) representados, além do envolvimento de vários adolescentes, tudo a indicar tratarem-se de pessoas com nível de periculosidade”.

Sendo assim, não havendo constrangimento ilegal a ser sanado, em face de tudo o que foi exposto e em consonância com o posicionamento ministerial, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 18 de junho de 2014.

  
Des. Antônio de Melo e Lima  
Relator